

O DEUS DE ISRAEL QUE SE AUTORREVELA NAS PÁGINAS DO ANTIGO TESTAMENTO

Washington Cândido Monteiro da Silva¹

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade empreender uma reflexão acerca da autorrevelação processual do Deus único e pessoal da Aliança, narrada no Antigo Testamento, e discorrer sobre a novidade da releitura cristã da autocomunicação de Deus em chave trinitária. Em se tratando de uma pesquisa bibliográfica, recorreu-se às considerações presentes na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, bem como às contribuições dos teólogos Sesboüe, Ladaria, Boff e Dantas. A análise conjunta desses autores possibilitará a composição de um traçado hermenêutico de unidade e continuidade entre os dois testamentos, o qual fundamenta a interpretação da autocomunicação de Deus como Trindade.

Palavras-chave: Revelação. Comunicação. Trindade. História.

1 INTRODUÇÃO

O Antigo Testamento apresenta-se como um precioso campo para o estudo da dinâmica reveladora do Deus da Aliança que se manifesta paulatinamente ao povo de Israel e o acompanha no decorrer de sua história (Dantas, 2021, p. 39). As contribuições acerca da temática da revelação divina, presentes na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, norteiam toda a discussão sobre a autocomunicação de Deus tanto no Antigo como no Novo Testamento, doravante entendidos numa unidade orgânica que possibilita uma visão abrangente da obra da salvação, cuja convergência e plena realização apontam para o evento Jesus Cristo, homem e Deus.

A originalidade e novidade do monoteísmo do povo hebreu e da

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2022). Graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Email: washingtonmonteiro10@gmail.com

crença na Trindade, “ponto focal da fé cristã” (Ladaria, 2015, p. 23), estão justapostas nesta exposição teórica, com a intenção de serem consideradas em suas particularidades e conexões, uma vez que “A revelação do Antigo Testamento é parte integrante da mensagem cristã, ainda que só à luz de Jesus Cristo receba seu sentido definitivo” (Ladaria, 2015, p. 23). No decorrer do presente estudo, iniciado com a análise da comunicação de Deus, chegar-se-á às características históricas e teológicas do culto ao Deus único, passando pela concepção de sua personalidade, em direção a uma releitura retrospectiva das letras veterotestamentárias, sob a chave da profissão de fé trinitária e cristológica. Esse confronto com o mistério da autorrevelação do Deus Uno e Trino, proclamado desde a totalidade dos livros sagrados, intenta contribuir à sua elucidação.

2 A AUTORREVELAÇÃO DO DEUS UNO E TRINO

A compreensão da ação reveladora que Deus faz de si mesmo, ao longo da história da salvação, expressa no primeiro capítulo da *Dei Verbum* (DV), realiza-se mediante uma hermenêutica do “desígnio de Deus” (Sesboué, 2006, p. 424), ou, como denomina o Catecismo da Igreja Católica (CIC), “projeto divino da Revelação” (CIC, 53), de caráter profundamente trinitário em sua exposição e escopo: o mistério da sua real comunicação, no qual “os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina” (DV, 2). Tal iniciativa de revelação do Deus invisível (DV, 2) cumpre-se de modo dialogal, íntimo, amoroso e pessoal, atestando a predominância da “linguagem da comunicação, do encontro, do relacionamento e do convite à comunhão” (Sesboué, 2006, p. 425) em todo o seu agir.

Em virtude desta Revelação, [...] no seu imenso amor, fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e conversa com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir a participarem da sua comunhão. Esta “economia” da Revelação executa-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam

e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, enquanto as palavras declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido (DV, 2).

Nos estudos teológicos, a noção de revelação está consagrada como um “conjunto de atos com os quais Deus, por meio dos profetas, de Jesus Cristo, dos apóstolos, manifestou a si mesmo, a sua vontade, o seu plano de salvação aos homens” (Mondin, 2023, p. 594), num movimento gradual de “sucessivas intervenções de Deus, mediante as quais tornou-se cada vez mais explícita quer a doutrina sobre a própria divindade, quer o desígnio salvífico” (Mondin, 2023, p. 594). Este alcançará o seu ápice na realização da missão redentora de Jesus Cristo, Verbo eterno enviado pelo Pai, encarnado na plenitude dos tempos para consumir a obra da salvação, “sobretudo com a sua morte e gloriosa ressurreição dentre os mortos” (DV, 350) e “com o envio do Espírito de verdade” (DV, 350). Consequentemente, chega-se à constatação de que a revelação “é eminentemente ação de Deus e o é de modo especialíssimo” (Mondin, 2023, p. 596), visto que, de forma livre e gratuita, o Deus inefável empreende a manifestação e comunicação da “sua própria vida divina” (CIC, 52) e dos “decretos eternos da sua vontade a respeito da salvação dos homens” (DV, 351), a fim de torná-los “capazes de responder-lhe, de conhecê-lo e de amá-lo bem mais do que seriam capazes por si mesmos” (CIC, 52).

A revelação de Deus, ou a sua “automanifestação” (Sesboué, 2006, p. 427) aos homens e mulheres, é apresentada na Dei Verbum através de uma narração teológica clara e sucinta, enraizada na concepção de um “plano da graça, que é o plano da história da salvação” (Mondin, 2023, p. 596). Sesboué (2006, p. 428), em seu comentário sobre a constituição dogmática supramencionada, percebe três etapas sobre as quais estão assentadas toda a revelação, qual uma “história que converge para a vinda de Cristo, seu ponto mais alto” (Sesboué, 2006, p. 428). Segundo ele, o primeiro estágio desse percurso da revelação divina, denominado “revelação cósmica” (Sesboué, 2006, p. 426), inicia-se com a obra da criação dos seres humanos, os quais são os beneficiários da contínua “revelação que acontece pelas

obras da criação” (Sesboué, 2006, p. 426). Segue-se o segundo estágio desse longo e misterioso caminho, “que vai do pecado original até Abraão” (Sesboué, 2006, p. 427), em direção à pregação do Evangelho por Jesus - terceiro estágio (Sesboué, 2006, p. 427).

Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo (cf. Jo 1,3), oferece aos homens um testemunho perene de si mesmo na criação (cf. Rm 1,19-20) e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a si mesmo desde o princípio, aos nossos primeiros pais. Depois da queda destes, juntamente com a promessa da redenção deu-lhes a esperança da salvação (cf. Gn 3,15), e cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cf. Rm 2,6-7). No devido tempo, chamou Abraão, para fazer dele um grande povo (cf. Gn 12,2-3), ao qual, depois dos patriarcas, ele ensinou, por meio de Moisés e dos profetas, a reconhecer em si o único Deus vivo e verdadeiro, o Pai providente e o juiz justo, e a esperar o Salvador prometido; assim preparou, através dos tempos, o caminho ao Evangelho (DV, 3).

Ademais, a disposição de Deus em se dar a conhecer à obra-prima de suas mãos, testemunhada nas páginas do Antigo Testamento, as quais correspondem aos dois grandes períodos da “economia geral da salvação” (Sesboué, 2006, p. 447), corrobora a dimensão pedagógica do seu proceder divino de ir ao encontro da humanidade para revelar-lhe sua “Palavra oral e viva” (Sesboué, 2006, p. 447), e tornar-se autenticamente conhecido como “único Deus verdadeiro e vivo” (DV, 14). Desse modo, a “verdadeira pedagogia divina” (DV, 15) consiste na comunicação gradativa de Deus com o homem, “que o prepara, por etapas, para acolher a revelação sobrenatural que faz de si mesmo, e que culmina na Pessoa e na missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo” (CIC, 53). À vista disso, justifica-se a veneração que os cristãos devotam ao Antigo Testamento, dado que está firmada em sua “economia concreta e preparatória da vinda de Cristo” (Sesboué, 2006, p. 448), e no anúncio velado do “mistério da nossa salvação” (DV, 15). Por último, a fim de ressaltar a ação providente de Deus, os padres conciliares recorreram àquela genuína e antiquíssima

interpretação cristã segundo a qual o desenrolar dos acontecimentos da história do antigo Israel aponta para os seus desígnios: ele planejou e preparou “a salvação de todo o gênero humano” (DV, 14) por intermédio da eleição de um povo, ao qual confiou suas promessas, estabeleceu alianças e fez conhecer os seus caminhos e preceitos.

Deus, no seu grande amor, planejando e preparando com solicitude a salvação de todo o gênero humano, escolheu por especial providência um povo a quem confiar as suas promessas. Tendo estabelecido a aliança com Abraão (cf. Gn 15,18) e com o povo de Israel por meio de Moisés (cf. Ex 24,8), de tal modo se revelou, com palavras e obras, a esse povo eleito, como único Deus verdadeiro e vivo, que Israel conheceu por experiência os caminhos de Deus a respeito dos homens, os compreendeu cada vez mais profunda e claramente ouvindo o mesmo Deus falar por boca dos profetas, e os tornou cada vez mais conhecidos entre as nações (DV, 14).

3 O TESTEMUNHO VETEROTESTAMENTÁRIO DO DEUS REVELADOR

Os escritos veterotestamentários testemunham a verdade capital da fé do antigo Israel: “a unidade e a unicidade de Deus” (Ladaria, 2015, p. 23). Essa confissão, enraizada “na revelação divina da Antiga Aliança” (CIC, 200), que enfatiza a diferenciação da crença monoteísta de Israel frente ao culto politeísta dos povos mesopotâmicos, possibilita uma explicação histórico-teológica não vinculada às hipóteses reducionistas de “superação” ou “evolução” da prática religiosa dos povos pagãos, no processo de amadurecimento da identidade religiosa do povo hebreu. Dantas, embora considere alguns contatos inevitáveis entre o monoteísmo do Antigo Testamento e o politeísmo oriental hegemônico, assegura a singularidade do culto ao Deus único pelos judeus, o qual “foi sempre um elemento distintivo de Israel em todo o seu caminho histórico, mesmo quando, diversos fatores poderiam ter indicado uma assimilação da fé de Israel à fé dos povos vizinhos” (Dantas, 2021, p. 38).

Além disso, no estudo da novidade do “monoteísmo radical, que já

afirma claramente a existência de um só Deus” (Ladaria, 2015, p. 126), criador de todas as coisas, observa-se que o mistério da autorrevelação de Deus “aos Pais (Patriarcas), como único Deus” (Dantas, 2021, p. 37), marcou profundamente a experiência religiosa de Israel, e impediu-lhe de adotar as práticas politeístas cananeias e babilônicas (Dantas, 2021, p. 37). Dessa forma, a experiência da proximidade de Deus e das suas intervenções divinas, ao longo da história do povo da Antiga Aliança, manifesta a sua unicidade, ao mesmo tempo que enfatiza “uma fé exclusiva em Deus” (Dantas, 2021, p. 37), tal como se depreende dos seguintes versículos bíblicos: “De fato! Qual a grande nação cujos deuses lhe estejam tão próximos como lahweh nosso Deus, todas as vezes que o invocamos?” (Dt 4,7); e “Ouve, ó Israel: lahweh nosso Deus é o único lahweh! Portanto, amarás a lahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força” (Dt 6,4-5).

Os hagiógrafos vétero-testamentários afirmam conscientemente o monoteísmo divino, a partir da experiência histórico-salvífica de Deus que agiu em favor do povo; a partir daí Ele manifestou sua ação criadora no universo. Entretanto, este monoteísmo nada tem a ver com a rigidez do absoluto Sujeito do pensamento moderno ou com a concepção deísta para a qual o princípio último do universo está alheio ao curso da história e ao destino da criação (Boff, 1999, p. 58).

Da revelação fundamental do nome de Deus, dirigida a Moisés no contexto da “teofania da sarça ardente” (CIC, 204), o povo de Israel vislumbrou os traços da indubitável personalidade do “Deus que está sempre presente junto a seu povo para salvá-lo” (CIC, 206): “‘Eu sou aquele que é’ [...] Disse Deus ainda a Moisés: ‘lahweh, o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó me enviou até vós. É o meu nome para sempre’ [...]” (Ex 3,13.15). O episódio da revelação do nome divino remete, por conseguinte, à peculiar interpretação dos nomes, típica da tradição semita, consoante a qual “O nome é como um sócio da pessoa; onde está o nome aí está a pessoa (cf. Jr 14,9). Por isso o nome pode ser equivalente à pessoa (cf. Nm 1,2-42; Ap 3,4; 11,3)” (Dantas, 2021, p. 40). Tendo isso em vista, infere-se que o conhecimento do nome de Deus,

concedido ao povo de Israel, liga-se intimamente à autorrevelação do seu “Ser espiritual pessoal” (Dantas, 2021, p. 39) - noção filosófica embrionariamente presente “na fé de Israel” (Dantas, 2021, p. 39) -, uma vez que ele, assim como afirma o Catecismo da Igreja Católica (203), “não é uma força anônima”, mas aquele que se dá a si mesmo, deixando-se acessar por todos, mediante uma constante abertura relacional em vista da salvação. Encontra-se, pois, expressa nessas linhas, a dinâmica autorrevelacional do Deus único, “capaz de ser conhecido mais intimamente e de ser chamado pessoalmente” (CIC, 203).

Israel compreendeu que Deus era um sujeito pessoal e não apenas uma força cósmica, uma entidade imanente ao mundo ou uma obscura causa de todas as coisas. Ele é um Ser que conhece e reconhece, que quer, que fala, que se dirige ao homem. Na sua liberdade, Ele quis revelar a Israel, quis estabelecer um relacionamento com este povo, por meio do qual ele demonstra seu amor. Pela ação na história, Israel vai descobrindo a “personalidade de Deus”: a sua justiça, a sua misericórdia, a sua bondade, o seu “ciúme”, a sua “ira” [...] (Dantas, 2021, p. 40).

4 A HERMENÊUTICA DA UNIDADE E AS MEDIAÇÕES DA TRINDADE

Baseando-se nas ponderações que dizem respeito ao Deus revelador e ao seu agir comunicativo, amoroso e gratuito, inferidas da leitura acurada do Antigo Testamento, reconhece-se o forte vínculo existente entre este e o Novo Testamento, os quais dão “a conhecer progressivamente a revelação de Deus, dirigida primeiro a seu povo escolhido e depois, em Jesus, a todas as nações sem distinção” (Ladaria, 2015, p. 123). Dessa unidade, o esforço teológico e interpretativo dos cristãos descobrirá “certos vestígios da Trindade” (Dantas, 2021, p. 49) nas páginas do Antigo Testamento, como fora empreendido na releitura dos santos Padres. Decerto, a fé em Deus deduzida do Novo Testamento em nada difere daquela professada pelo povo de Israel, no entanto, a “autorrevelação do Filho de Deus” (Dantas, 2021, p. 61) e a obra realizada pelo Espírito Santo, acolhidas como “revelação plena” (Boff, 1999, p. 58) e “explícita do Deus Trino” (Dantas,

2021, p. 61), viabilizarão uma hermenêutica cristã da história veterotestamentária, iluminada em suas origens por uma “consciência trinitária” (Boff, 1999, p. 58).

O pressuposto é o seguinte: Se o único Deus verdadeiro é a Trindade de Pessoas, então toda revelação histórica de Deus implica revelação da Trindade. Pode ser que esta revelação não seja adequadamente captada pelas pessoas, como revelação trinitária; mas nem por isso deixa de ser uma autêntica revelação trinitária. Exatamente porque é autêntica, aqui e acolá se deixam entrever insinuações e vestígios que apontam para o caráter tripessoal do mistério de Deus (Boff, 1999, p. 58).

Ainda que o Antigo Testamento não dê “a conhecer Deus no mistério insondável de sua triunidade” (Dantas, 2021, p. 123), não lhe é indiferente, posto que, à luz do itinerário de preparação da “revelação da presença de seu Filho” (Ladaria, 2015, p. 123) encarnado na história da humanidade, verificam-se indícios de “uma crescente aproximação de Deus, que sem perder sua transcendência, entra mais e mais na história e no coração dos fiéis revelando a tendência a uma autocomunicação” (Boff, 1999, p. 60). O próprio dinamismo da auto entrega do Deus vivo impulsiona-o a desvelar o seu plano de libertação através da sua atuação paterna e solidária e das promessas de sua presença ativa, quais “desdobramentos [...] que os cristãos percebem como indícios da revelação tripessoal” (Boff, 1999, p. 58).

Diferentes textos bíblicos, consagrados pelo método tipológico de leitura das Sagradas Escrituras, serviram como “testemunhos da Trindade” (Dantas, 2021, p. 49), dentre os quais assume um lugar proeminente o passo bíblico da aparição de Deus a Abraão no carvalho de Mambré e da visita dos três homens (Gn 18,1-16), considerado na tradição patrística e na iconografia oriental como “um anúncio profético do mistério da Trindade” (Dantas, 2021, p. 49). Por fim, algumas figuras ou “categorias bíblicas que servem como mediadoras entre Deus e o homem” (Dantas, 2021, p. 52), tais como o Anjo de Iahweh (Ex 14,19; Nm 20,16; 1Rs 19,7), a Palavra de Deus (Sl 33,6), a Sabedoria de Deus (Pr 8,1-36) e o Espírito de Deus (Sb 1,7; Jl 3,1-2), comunicam simbolicamente os modos da presença de Deus no meio do seu

povo. Elas se apresentam como “momentos de uma preparação mais explícita para a revelação” (Ladaria, 2015, p. 127) do Deus Trindade, a qual será levada a efeito na Nova Aliança pelo “iniciador e consumidor da fé, Jesus Cristo” (Hb 12,2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida até esta altura procurou traçar uma associação de temas relativos às considerações teológicas, resultantes do Concílio Vaticano II, quanto ao dado da revelação do Deus que “faz ouvir a sua voz” (Sesboué, 2006, p. 447) no âmago da concretude dos acontecimentos do povo da primitiva Aliança, objetivando um aprofundamento teórico dos ensinamentos elaborados e aperfeiçoados pela análise doutrinária.

Em suma, da “plena unidade entre o Antigo e o Novo Testamento” (Sesboué, 2006, p. 448) desponta o discernimento integral do processo de autocomunicação do Deus Uno e Trino, promovido pelos doutores e mestres da tradição cristã. Somente a consciência trinitária, partilhada no seio da comunidade dos discípulos de Jesus, conduz à clareza intelectual de uma dinâmica interna do Antigo Testamento que tende para a revelação trinitária de Deus, plenificada com a “manifestação definitiva em Cristo e no Espírito, atestados no Novo Testamento” (Boff, 1999, p. 60).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Leonardo. *A Trindade e a sociedade*. Série II: O Deus que liberta seu povo. Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Teologia e Libertação).

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dei Verbum*: sobre a revelação divina. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2001. (Coleção Clássicos de bolso).

DANTAS, Pe. João Paulo de M. *Deus uno e trino: uma introdução à teologia trinitária*. São Paulo: Cultor de Livros, 2021.

LADARIA, Luiz F. *O Deus vivo e verdadeiro: o mistério da Trindade*. São Paulo: Loyola, 2015. [Coleção Theologica]

MONDIN, Battista. *Dicionário enciclopédico do pensamento de Santo Tomás de Aquino*. São Paulo: Loyola, 2023.

SESBOUÉ, Bernard; THEOBALD, Christopher. *A Palavra da salvação*. São Paulo: Loyola, 2006. T.4 [História dos Dogmas].